

O SABER- PODER NA CONSTITUIÇÃO DO JORNALISMO

Tatiana Carilly Oliveira Andrade¹

José Ternes²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a constituição e transformação do jornalismo e de seu saber levando em conta a noção foucaultiana de saber-poder em que todo campo é agente de poder que produz saber e vice-versa. A discussão proposta aponta para mudanças sutis no jornalismo/saber jornalístico e na relação com o público e com a formação do imaginário coletivo por meio da visibilidade e pelo esgotamento da sociedade disciplinar e surgimento da sociedade de controle.

Palavras-chave: Saber. Poder. Jornalismo.

“[...] o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados dele. [...] o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”.

(MICHEL FOUCAULT, 2014).

Neste artigo, pretende-se pensar o jornalismo/saber jornalístico considerando o poder exercido por diferentes agentes sociais, de modo a se formar uma rede de micropoderes. Isso não deve ser entendido somente por seus aspectos negativos, mas principalmente por sua positividade, no sentido de que produz e fabrica indivíduos, como adverte Foucault (2014). Nessa perspectiva a disputa pelo poder pode influenciar tanto a constituição e transformações do jornalismo e de seu saber, quanto construir discursos sociais tidos como verdadeiros.

Inicialmente, porém, faz-se necessário localizar o espaço em que as relações de poder ocorrem e verificar como o jornalismo vem se constituindo nessa malha de poderes e se relacionando com os demais. Torna-se então relevante um retorno aos séculos XVIII e XIX, no intuito de compreender em que solo ou *episteme* nasce e se desenvolve o jornalismo/saber jornalístico. Afinal, ele será o *húmus* que o nutrirá e o constituirá, levando em conta os discursos possíveis sobre esse ofício e seu saber.

Percebe-se que há no discurso jornalístico uma pretensão de que o ofício possa ser, para a sociedade atual, instrumento na busca pelo exercício democrático. Filho do Século das Luzes, o jornalismo/saber jornalístico parece carregar em seu código genético essa herança de luta por

¹ Jornalista e professora doutora em Educação. E-mail: taticarilly@yahoo.com.br

² Professor-orientador. Doutor em Filosofia. Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Email: joseternes@hotmail.com

igualdade. Por outro lado, dá seus primeiros passos na sociedade disciplinar³, caracterizada pela invenção das disciplinas que funcionam “como técnicas que fabricam indivíduos úteis” (FOUCAULT, 2012, p. 199), impondo-lhes “uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2012, p. 133).

Nesse solo das disciplinas observou-se a burguesia se estabelecer como classe dominante politicamente, apoiada em um quadro jurídico explícito e codificado que garantia a igualdade, ao mesmo tempo “sustentado por mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas” (FOUCAULT, 2012, p. 209). Os jornais se constituíam permeados por esses discursos/poderes, exercendo o papel de instrumento de busca pela igualdade, ao mesmo tempo que, de forma discreta, serviriam também para fabricar o quê e no quê pensar, como bem avalia a teoria do agendamento ou *agenda-setting*⁴, formulada no século XX.

E por que não afirmar que o jornalismo/saber jornalístico serve à sociedade disciplinar, de modo a adestrar e tornar dócil e útil uma coletividade? Afinal, como bem adverte Foucault, “[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 45). Nessa perspectiva, os jornais são disciplinas, ao mesmo tempo que exercem poder e produzem saber.

Foucault mostra que saber e poder se implicam, de modo que toda relação de poder acaba por constituir um campo de saber, e este, por sua vez, constitui também outras relações de poder. Escreve o autor: “Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (FOUCAULT, 2014, p. 28). Assim, ele mostra que o hospital não só é lugar de cura, como também é “instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber” (FOUCAULT, 2014, p. 28). A isso acrescenta outros exemplos, como a escola na origem do saber pedagógico, a prisão constituindo a criminologia e o hospício, a psiquiatria. “Mais

³ De acordo com Deleuze (2013, p. 220), “Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina [...]. Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”.

⁴ O paradigma da *agenda-setting* consiste na afirmação de que os meios de comunicação têm o poder de agendar os assuntos a serem debatidos na esfera pública. Este pressuposto influenciou inúmeros trabalhos desde sua formulação. O conceito foi construído inicialmente baseado na observação de pesquisa eleitoral, a fim de verificar a influência dos mídia no eleitorado. De acordo com Traquina (2001), a grande maioria dos estudos do agendamento refere-se a análises das produções de notícias construídas pelo campo jornalístico.

especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber”, acrescenta Foucault (2014, p. 28).

Em analogia a essa ideia, os jornais estariam na origem do saber jornalístico, ao mesmo tempo que tornariam públicos e visíveis os saberes de outras áreas, além de revelarem suas disputas pelo poder. Mas os séculos seguintes deixariam para trás essa configuração das sociedades disciplinares e anunciariam uma novidade: o surgimento das sociedades de controle. Acerca disso, Deleuze (2013, p. 220) escreve: “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”.

De fato, a partir das últimas décadas do século XX observam-se transformações essenciais na forma como se estabelecem os modos de comunicação, principalmente com o advento da rede mundial de computadores, que muda a relação de tempo e espaço e permite novas formas de exercer o poder, já que a partir de então esse exercício se dá também de forma não presencial e conectada mundialmente. De acordo com Thompson (2008, p. 14), “de um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum”.

O solo do poder disciplinar, observado principalmente nos séculos XVIII e XIX, dá lugar à sociedade do controle, como anuncia Deleuze:

O que conta é que estamos no início de alguma coisa. No regime das prisões: a busca de penas “substitutivas”, ao menos para a pequena delinquência, [247] e a utilização de coleiras eletrônicas que obrigam o condenado a ficar em casa em certas horas. No regime das escolas: as formas de controle contínuas, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da “empresa” em todos os níveis de escolaridade. [...] No regime de empresa: as novas maneiras de tratar o dinheiro, os produtos e os homens, que já não passam pela antiga forma-fábrica. São exemplos frágeis, mas que permitiriam compreender melhor o que se entende **por crise das instituições, isto é, a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação** (DELEUZE, 2013, p. 229, grifo nosso).

E o jornalismo não está imune a essa crise⁵, a esse novo regime de dominação. Em a *Era das Distopias*, Tavares (2014) apresenta significativas transformações que acabam por

⁵ Deleuze (2013, p. 223-224) afirma que, sucedendo as sociedades de soberania, as sociedades disciplinares entram em crise “[...] em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitavam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”.

formar um cenário amorfo e marcado pela imprevisibilidade neste século XXI. “Enfim, como a história não ilumina mais o futuro, na forma de uma ideologia, as pessoas estão perdidas, não sabem como se guiar do ponto de vista político, econômico”, afirma a autora (TAVARES, 2014, p. 24). De acordo com ela, o século XVIII rompeu com a tradição; já o XIX pautou-se na construção do discurso da igualdade e liberdade individual, política, econômica e o XX se orientou em função da reconstrução do mundo, da democratização, da planificação. O pensamento reformista, porém, chegou ao fim e, nesse contexto,

[...] O mercado é o estado natural. As desigualdades são o estado natural da sociedade. Naturalizou-se uma concepção de vida social a respeito da qual se passou um século inteiro combatendo. Mais: ao contrário do século XX, que organizou as massas, os sindicatos poderosos, organizações internacionais festejando o progresso, agora todos os interesses se fracionaram, se fragmentaram. O marxismo deixou de organizá-los (TAVARES, 2014, p. 25).

Ou seja, grande parte dos pensamentos que alicerçaram o século anterior vem sendo questionada. Surge a necessidade de se pensar uma outra coisa, de construir novos discursos e validá-los, tarefa que o jornalismo atual assume na rede capilar de micropoderes, porém sem o sucesso do passado. Marcondes Filho explica que o jornalismo incorporou de tal forma as ideais iluministas que

[...] ele se viu órfão quando balançaram os alicerces da modernidade (falência do discurso humanista depois de Auschwitz e Hiroshima) e desorientado quando esta (o “progresso do homem”) começou a perder terreno diante da sedução mediática irracional e mágica (TV) e da hegemonia das técnicas no fim do século (MARCONDES FILHO, 2009, p. 17).

Nesse novo regime de dominação, o jornalismo/saber jornalístico parece estabelecer outra relação com o público, que supera sua importância referente aos índices numéricos da audiência ou de exemplares vendidos. Já não parece satisfatória, somente, a lógica em que os anunciantes eram conquistados pela credibilidade jornalística e o público tinha influência na produção jornalística à medida que comprava ou não os jornais, assistia ou escutava os telejornais e radiojornais, respectivamente. Tratava-se de um jornalismo baseado numa perspectiva muito mais unidirecional, em que as notícias eram produzidas no domínio das redações e de suas articulações com os departamentos publicitários, prontos a atenderem interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas. Mas o que se observa, principalmente desde as últimas décadas do século passado, é um jornalismo cada vez mais

pautado na comunicação dialógica entre os produtores da notícia e o público, mesmo que qualquer informação às redações passe pelas lentes de seleção do jornalista.

Nesse contexto o público não só sugere assuntos, como também produz imagens e áudios com alto potencial de fazerem parte das matérias jornalísticas. A tecnologia tem possibilitado a intensificação desse processo de comunicação dialógica e também da participação do público na produção dos jornais. Os aparelhos tecnológicos portáteis, por exemplo, permitem capturar e exibir informações visuais e sonoras em tempo real para todas as partes do mundo. No caso específico do jornalismo de TV, torna-se aceitável veicular imagens, inclusive com baixa resolução e sem técnicas de iluminação e enquadramento, produzidas pelo público em geral, quando essas ajudam a contar melhor as histórias.

Com o desenvolvimento da computação e o surgimento da internet, os tradicionais meios de comunicação acabaram por migrar também para esse novo espaço, que chegou com a promessa de democratização da informação. Na rede mundial de computadores é possível a convergência das diferentes mídias – impressa, radiofônica e televisiva – num só lugar. Além de possibilitar o surgimento do webjornalismo, a chegada deste novo veículo de comunicação permite a utilização de tecnologias mais acessíveis na criação de imagens e áudios, bem como exige uma velocidade maior no processo produtivo da notícia e possibilita a interatividade em tempo real, não só entre o produto jornalístico e o público, como entre os jornalistas e este. Nesse contexto, como advertem as novas Diretrizes dos Cursos de Jornalismo, já não é possível pensar o jornalismo/saber jornalístico como

[...] um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal / revista / rádio / televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (BRASIL, 2009, p. 5).

O jornalismo/saber jornalístico, que até antes das duas últimas décadas do século XX parecia ter um maior controle sobre a visibilidade das informações, agora se encontra num campo de batalha com os novos produtores de informação: o cidadão comum que, munido de tecnologia, tem possibilidades de registrar, reconstruir, construir e veicular os fatos na rede mundial de computadores. A forma unidirecional de transmitir notícias perde o sentido com a internet, que requer do jornalismo uma relação com o tempo, com o espaço e com o público inimagináveis, sob instantaneidade e interatividade. O controle das informações jornalísticas,

antes centralizado no domínio das empresas de comunicação e dos jornalistas, sofre influência direta do público, não só por sua audiência, mas também pelo seu potencial de produtor de notícias. Além disso, nunca na história da humanidade um meio de comunicação tinha permitido uma pluralidade de vozes como ocorre com a internet. Assim, o controle sobre a seleção de fontes pelo jornalista também se descentraliza e sofre interferência dos discursos dos cidadãos e das organizações, que cada vez mais passam a utilizar as informações/notícias de forma estratégica.

Nesse contexto, o campo jornalístico corre o risco de se fragilizar, pois ele perde o controle exclusivo sobre a produção e a veiculação de notícias. Afinal, como lembra Bourdieu (1997), o que torna possível a formação e sustentação de um campo é o domínio acerca de determinado saber ou técnica de maneira tal que seus integrantes professem saber o que outros grupos não dominam. De acordo com o documento das Novas Diretrizes dos Cursos de Jornalismo (BRASIL, 2009), o jornalismo/saber jornalístico apresenta uma nova fisionomia, em que as redações tradicionais não têm mais a hegemonia do poder de produzir notícias.

Na passagem de século, observa-se uma nova configuração na comunicação que afeta diretamente o jornalismo. A comunicação unidirecional, vertical e centralizada dá lugar a uma comunicação cada vez mais fluída, interativa e multimidiática, como bem avalia o jornalista e professor Muniz Sodré (2010). Na atualidade, o público tem cada vez mais se apresentado como receptores ativos de mensagens. Acerca disso, o também jornalista e professor Mark Briggs (2007, p. 34) avalia que “os leitores não são mais receptores passivos de mensagens. Eles criam, compartilham e comentam. E eles esperam poder fazer isso também nos sites de notícias”. Diante disso, torna-se importante que o jornalismo avalie essa mudança no público. Comungando com a ideia da professora e jornalista Ana Carolina Rocha Pessôa Temer (2014) de que o jornalismo, na atualidade, estabelece o diálogo social, Mark Briggs (2007, p. 34) expressa: “a notícia é uma conversa, não uma palestra. [...] As pessoas querem participar [...]”.

As novas tecnologias tornam possíveis “novos modelos informativos [...] que tem abalado as certezas dos jornalistas e o próprio jornalismo enquanto instituição”. (TEMER, 2014, p. 86). Nessa nova configuração da comunicação, a luta pela exclusividade da produção noticiosa parece ser inglória, já que nos meios tradicionais os jornalistas também se encontram em relação de forças com a própria rotina produtiva, em que se estabelecem prazos e limites para fechamento e espaço/tempo de matérias; com as interferências organizacionais que ditam a linha editorial conforme, acima de tudo, interesses econômicos e políticos; e com a pressão

do departamento publicitário sobre o jornalístico, pois aquele se preocupa muito mais com a venda de anúncios atrelada à audiência do jornalismo do que com o valor de utilidade pública das notícias.

É nessa rede de micropoderes exercidos pela empresa de comunicação, pela cultura profissional jornalística, pelo público, pelo processo de produção de notícias, influenciado diretamente pelo desenvolvimento tecnológico, pelas esferas econômica e política que o jornalista, o jornalismo e o saber jornalístico vêm ao longo dos anos sendo fabricados, enquanto constroem “realidades sociais”. É importante observar que todos esses elementos elencados sempre giraram em torno da visibilidade, cada vez mais possível graças aos avanços tecnológicos. Um retorno a acontecimentos cobertos jornalisticamente pode servir de exemplo para demonstrar esta questão: em vinte de julho de 1969, a chegada do homem à lua foi transmitida para todo o mundo e proporcionou um “ver coletivo” até então inimaginável. Segundo Barbosa,

[...] a transmissão televisiva da chegada do homem à lua foi um marco para esse meio de comunicação, que vinha construindo paulatinamente uma linguagem própria com uma grande promessa de que por meio dela o real fosse exibido. Mais que isso essa cerimônia exibida ao vivo pôde evidenciar o poder que essa mídia tem de testemunhar a verdade (BARBOSA, 2013, p. 312-313).

Os jornalistas, mesmo não estando presentes fisicamente no local do acontecimento, puderam, por meio das imagens reproduzidas, ainda com pouca nitidez, construir a notícia de que o homem conseguira pela primeira vez chegar ao satélite. A partir de então, apoiado pelas imagens transmitidas de qualquer ponto do planeta, o jornalismo sustentaria a ideia de capacidade de mostrar a “realidade/verdade”. Acerca disso, Barbosa (2013, p. 312) conta que “No dia seguinte às transmissões ao vivo, todos os jornais, bem como as principais revistas, nas semanas que se seguiram, reproduziram como ícones da veracidade do acontecimento as imagens transmitidas pela televisão”.

Tome-se agora o exemplo do episódio de onze de setembro de 2001, em que o mundo acompanhou em tempo real o ataque às “Torres Gêmeas”. As cenas veiculadas na TV e na internet, embora parecessem parte de um filme, eram registros de um fato que acabara de ocorrer: um símbolo do poder dos EUA fora derrubado levando com ele muitas vidas e deixando o mundo em alerta. Tratava-se de uma notícia em que as imagens praticamente já diziam tudo. O “espetáculo” já havia sido produzido pelos terroristas. Pode-se afirmar até que

foi uma produção meticulosa, a ponto de existir um intervalo de tempo entre atingir as duas torres. Aos jornalistas caberiam sua cobertura e exposição pública, com vistas a ampliar a visibilidade do ocorrido.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2012) mostra que o poder da visibilidade é bastante velho. Vemo-lo já no final do século XVII nas execuções públicas: “Nas cerimônias do suplício, o personagem é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para a sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido” (FOUCAULT, 2012, p. 56). A isso ele acrescenta: “[...] As pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos. Porque é necessário que tenham medo; mas também porque devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nela” (FOUCAULT, 2012, p. 57). O intuito era tornar públicas as torturas corporais, a morte, a confissão e o reconhecimento de que o crime é condenável socialmente, de modo a coibir novas ações do mesmo tipo e servir de prova jurídica. Ainda segundo o autor (FOUCAULT, 2012, p. 65), os folhetins, pasquins eram essenciais na exposição desses suplícios e acabavam desempenhando o papel de controle ideológico, o que coincidia assim com o “interesse da ‘curiosidade’” com o “interesse político”. Na segunda metade do século XVIII, considerava-se a visibilidade dos castigos um dos princípios fundamentais do novo Código Penal. De acordo com Foucault,

Quando a Revolução Francesa se questiona sobre uma nova justiça, qual deve ser sua instância de julgamento? A opinião. Seu problema não era fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que nem pudessem agir mal, de tanto que se sentiriam mergulhadas, imersas em um campo de visibilidade total em que a opinião dos outros, o olhar dos outros, o discurso dos outros impediria de fazer o mal ou o nocivo (FOUCAULT, 2014, p. 327).

Mas, ao mesmo tempo que a imprensa podia ser uma aliada nesse processo de exposição e visibilidade pública, era comum, por outro lado, a exaltação de feitos dos criminosos que passavam de malfeitores a heróis. Percebe-se uma ingenuidade em acreditar que as pessoas se tornariam virtuosas pelo fato de serem olhadas, como denuncia Foucault, ao apontar também para o fato de que a opinião poderia ser trabalhada de forma estratégica pela mídia:

[...] **deram à opinião uma autoridade considerável.** A opinião só podendo ser boa ou ser a consciência imediata de todo o corpo social, eles acreditaram que as pessoas iriam tornar-se virtuosas pelo simples fato de serem olhadas. A opinião era para eles como que uma reatualização espontânea do contrato. **Eles desconheciam as condições reais da opinião, os media, uma**

materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão. [...] esses media seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundira por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. **No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar** (FOUCAULT, 2014, p. 339, grifos nossos).

Essa política do olhar, que centralizou a exposição dos castigos corporais na época do suplício, seria aos poucos abandonada por uma forma aparentemente mais amena de vigilância e controle, a que passaria a se dar por adestramento. Isso será observado por Foucault (2012) que, ao analisar as transformações na área jurídica e as formas de punição do século XVIII ao XX, apresentará o surgimento da sociedade disciplinar em que os quartéis, as escolas, as prisões, os folhetins e os demais meios de comunicação que se constituirão em seguida seriam espaços com alto potencial para tornar útil e dócil o indivíduo. Nessa perspectiva o jornalismo exerceria o papel do *Panopticon*⁶, de Bentham, ao atuar como agente de vigilância por meio de uma política do olhar jornalístico⁷ que torna visíveis e públicos os discursos de indivíduos e instituições. Controla assim, de certa forma, as ações sociais e interfere na forma como se dão as relações de poder. É importante destacar o posterior surgimento das sociedades de controle, “[...] que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 2013, p. 220).

É nesse contexto atual, em que é possível a comunicação de discursos de cidadãos e organizações pela rede mundial de computadores, além das mídias tradicionais, que o jornalismo/saber jornalístico se encontra atualmente: em meio a uma rede de poderes, confirmando o que Machado escreve no texto introdutório de *Microfísica do Poder* (MACHADO, 2014, p. 12): “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. Ou seja, o poder não é só repressivo, mas é, antes de tudo, guerra, tratando-se então de uma relação de força.

⁶ Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2012) mostra como a sociedade disciplinar, na modernidade, utilizou-se do *Panopticon*, de Bentham, para vigiar e controlar. Tratava-se de um tecnologia de poder que atendia ao que educadores, industriais, penalistas e médicos procuravam. Uma vigilância econômica, num modelo de olhar invisível. Foi muito usada no final do século XVIII.

⁷ O olhar jornalístico refere-se à forma como os profissionais de jornalismo selecionam os assuntos, fatos ou acontecimentos para transformá-los em notícias que são expostas publicamente nos meios de comunicação/mídia. Os estudos acerca da produção de notícias apresentam os valores-notícias que acabam determinando o que será exposto ao público.

Complementando essa ideia, Manuel Castells (1999) afirma que na era da Informação os meios de comunicação não detêm o poder. Esse se exerce estrategicamente pelas redes de troca de informações e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais, o que confirma a seguinte observação de Machado na introdução de *Microfísica do Poder* (MACHADO, 2014, p. 14): “[...] Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e esse complexo de micropoderes existem integrados ou não ao Estado”.

O filme *Hannah Arendt*, de Margarethe Von Trotta (2012), explicita o jogo de poder que o jornalismo exerce ao tornar público/visível os discursos. A capilaridade de poderes em exercício, de que fala Foucault (2014), pode ser observada na demonstração de que não há poder absoluto, único, mas uma rede de poderes que disputam entre si seu exercício e a defesa de interesses, à medida que fabrica uma “realidade” social, legitimando ou validando discursos/saberes. O julgamento do nazista Adolf Eichmann, em Israel, tinha tudo para ser um espetáculo com final previsto para que a justiça decidisse pela condenação do réu, o que de fato ocorreu, porém com proporções inimagináveis inicialmente.

A cobertura do julgamento por um prisma filosófico realizada pela filósofa política alemã, de origem judaica, Hannah Arendt (1906-1975), gerou polêmica pela exposição pública de posições e reflexões inesperadas. Os artigos escritos por ela para a revista *The New Yorker* revelaram que muitos dos que praticaram os crimes de guerra poderiam ser vistos como incapazes de pensar e este aspecto seria, sim, o grande mal do século, fenômeno batizado por “banalidade do mal”. Além disso, suas análises mostraram o envolvimento de judeus em atrocidades cometidas contra seus iguais, o que indicava a necessidade de observar que existe algo entre a resistência e a cooperação. Esse olhar singular sobre o caso Eichmann foi de encontro a todos os discursos possíveis e esperados na época.

As consequências da publicação dos artigos na conceituada *The New Yorker* evidenciam o poder que o jornalismo exerce ao tornar visível e público discursos e saberes, à medida que produz adesão ou rejeições por parte de outros agentes de poderes/saberes aos assuntos abordados, revelando a disputa pelo poder da legitimação de discursos sociais.

Essa questão da visibilidade, do tornar público, também merece atenção pelo fato de que as notícias são recortes da realidade que passam e são construídas a partir de valores-notícia comungados entre a comunidade jornalística, como avaliam Nelson Traquina (2001), Mauro

Wolf (2002), Gaye Tuchmann (1993), Felipe Pena (2005), entre outros. Há um “prisma”⁸ ou “óculos”⁹ que determinam a forma como os jornalistas vêem e contam as histórias, como constroem significados e discursos. Nesse contexto, pode-se afirmar que as notícias são marcadas pelos valores-notícia estabelecidos por uma cultura jornalística. Levando isso em conta, Traquina (2001, p. 187) escreve:

[...] os mídia noticiosos foram e são definidos como um *Quarto Poder*, que guarda os cidadãos dos eventuais abusos de poder por parte dos governantes. Mas, no início do século XXI, um número crescente de agentes sociais, incluindo uma parte significativa da comunidade acadêmica, levanta a questão: “quem protege os cidadãos do *Quarto Poder*?”

Essa é uma questão que tem a ver também com a noção de saber-poder. Afinal, o jornalismo/saber jornalístico carrega um discurso constitutivo que promete muito mais do que, de fato, pode oferecer. Não se trata aqui de desvalorizar suas características e funções ou de diminuir sua importância social. Pelo contrário, trata-se antes de tudo de indicar a possibilidade de uma nova fase do jornalismo/saber jornalístico que se alimenta, agora, de uma configuração geral que Foucault e Deleuze (2013) denominaram sociedades de controle, possíveis nesta *episteme* moderna. Trata-se de apontar para o fato de que muitos dos conceitos e valores da área, constituídos desde o seu surgimento, necessitam urgentemente de revisão.

Percebe-se uma certa utopia nos manuais e no ensino de jornalismo, uma idealização inalcançável no espaço atual em que se encontra. Daí uma certa desilusão frente às expectativas que o público e, geralmente, os recém-formados na área têm dele. Traquina (2008) oferece, como exemplo disso, a mitologia do caso Watergate, que consagrou o jornalismo dentro e fora dos EUA como vigilante dos poderes instituídos. Além desse, são vários os exemplos em que as notícias são fabricadas, orientadas muito mais por interesses do que por importância social. Muitas vezes o que se vê é um jornalismo “cor-de-rosa”¹⁰, como apresenta Marshall (2003):

O jornal moderno virou o que Ismar de Oliveira Soares (1996) chama de “Jornal sem palavras”, já que prioriza a cor, as letras garrafais e a foto hiperdimensionada, em detrimento do conteúdo da informação. Howard Kurtz (1993) denomina essa nova linguagem de “jornalismo cor-de-rosa”, [...] Esse

⁸ Esse “prisma” ou “óculos” se relacionam aos valores-notícia da comunidade jornalística, tais como o novo, o inesperado, o sensacional e o controverso. A partir deles o jornalista escolhe os assuntos que serão transformados em notícias.

⁹ Bourdieu (1997, p. 25-26), afirma: “Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular”.

¹⁰ O jornalismo “cor-de-rosa” se refere à forma que a linguagem jornalística vem se constituindo como estratégia para atrair e agradar o público, o anunciante e o dono das empresas jornalísticas.

modelo de jornalismo desencadeado essencialmente pelo diário norte-americano USA Today, nos anos 1980, introduziu o hábito das páginas supercoloridas, os infográficos, layouts e designs mais arrojados, aumento da cobertura de esportes, notícias de comportamento, de moda e da previsão do tempo. A cobertura das notícias mais sérias, que exige maior investigação e maior profundidade, foi trocada por notícias de entretenimento, que têm maior efeito sobre a audiência e custam bem menos à empresa (MARSHALL, 2003, p. 27).

Acerca dessa nova forma da linguagem jornalística, Traquina (2008) afirma que o conteúdo das notícias é construído orientado por valores mercadológicos e políticos, em detrimento do que possa ser importante aos cidadãos saber para reivindicar e garantir os próprios direitos, bem como compreender seus deveres nessa lógica de sociedades de controle. Estas apresentam um novo regime de dominação que coloca em crise as instituições, entre elas as empresas jornalísticas e as universidades que se dedicam ao ensino de jornalismo.

Deleuze (2013, p. 224) explica que esse quadro se estabelece nessa transição das sociedades disciplinares para as de controle. Acerca disso, escreve: “Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um ‘interior’, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional etc. [...]”. Observa-se um espaço constituído para além de palavras de ordem, como se verificava nas sociedades disciplinares. Deixam de ser essenciais o número e a assinatura, que marcavam o indivíduo em uma *massa*. Passam a ser valorizadas as cifras, as senhas, “que marcam o acesso à informação, ou a rejeição” (DELEUZE, 2013, p. 226).

Nesse solo, o jornalismo/saber jornalístico vê-se diante de novas exigências: produzir notícias sob pressões mercadológicas em que a publicidade e o marketing ditam as regras do conteúdo; os políticos e jornalistas tornaram-se “ELES”¹¹; os métodos dos *paparazzi* se naturalizam, assim como os escândalos políticos e catástrofes sociais diluem-se em um clicar de *mouse* ou de controle remoto, como se pelo simples fato de terem sido noticiados tivessem sido resolvidos. Distancia-se cada vez mais de um jornalismo ideal pregado pelos antigos manuais, que estão à espera de que suas poeiras sejam retiradas por produções de pesquisas engajadas com o saber jornalístico para trazer novidades e revigorá-lo.

Há um movimento nesse sentido, principalmente no meio acadêmico. Traquina (2008), por exemplo, propõe a mudança da questão “O *Quarto Poder* protege os cidadãos do abuso de

¹¹ Traquina (2008, p. 191-192) aponta para o fato de os jornalistas permitirem que os discursos e interesses políticos, mesmo em desacordo com os anseios dos cidadãos, contaminem os conteúdos noticiosos, pois isso não permitiria distinção entre jornalistas e políticos. Além disso, o autor acusa os primeiros de terem se tornado mesquinhos, cínicos, arrogantes e estrelas.

poder dos governantes?” para: “Quem vigia o *Quarto Poder?*”; Pena (2005) e Souza (2002) apontam para a busca de autonomia do saber jornalístico e de uma teoria unificadora que possa organizar melhor as reflexões na área; Marshall (2003, p. 15) busca situar o jornalismo no espaço da pós-modernidade, em que “os saberes mergulham numa racionalidade de próteses, ícones e ânsias que antagonizam as formas e imagens, pluralizam os conceitos, refundam as ideologias, ‘desistorizam’ a consciência e domesticam a própria razão”.

A tarefa é complexa e assinala, acima de tudo, que o jornalismo/saber jornalístico vem se constituindo nessa trama de discursos e teias de micropoderes, nesse jogo de saber-poder. Torna-se oportuno o retorno à seguinte reflexão:

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos, mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento (FOUCAULT, 2002, p. 23).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL. **Portaria Nº 203, de 12 de fevereiro de 2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf> Acesso em: 20 de jan. de 2014.
- BRIGGS, Mark. **Jornalismo 2.0: como sobreviver e prosperar**. College Park: Universidade de Maryland, 2007. Disponível em: http://knightcenter.utexas.edu/Jornalismo_20.pdf. Acesso em: 21 de abr.2015.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- _____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HANNAH Arendt. Direção de Margarethe von Trotta. Estados Unidos. Zeitgeist Films, 2013. 1 filme (109 min): son., color.

MACHADO, Roberto. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOUZA, Jorge Pedro. Construindo uma teoria do jornalismo. **Recensio**, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. A era das distopias. **Insight inteligência**, n. 64, p. 21-28, jan.-mar., 2014. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/64/PDFs/pdf1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Flertando com o caos: comunicação, jornalismo e televisão**. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. _____ . **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TUCHMAN, Gaye. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2002.

Recebido em 12 de junho de 2015.

Aprovado em 26 de junho de 2015